

Projeção de crescimento da economia em 2023 é elevada

OPINIÃO | A principal revisão ocorreu na agropecuária (6,5% para 10,6%) e, em menor medida, em serviços (de 1,3% para 1,5%), enquanto a expectativa de relativa estabilidade da indústria no ano se mantém

WhatsApp Facebook LinkedIn Telegram Twitter Email Print

Modo escuro



A consultoria Tendências revisou a projeção do PIB de 2023 de 1,4% para 1,9%. A principal revisão ocorreu na agropecuária (6,5% para 10,6%) e, em menor medida, em serviços (de 1,3% para 1,5%), enquanto a expectativa de relativa estabilidade da indústria no ano se mantém (Divulgação/Divulgação)

Por Thiago Xavier e Silvio Campos Neto
Publicado em 26 de junho de 2023 às 15h22.

A **expressiva alta do PIB do primeiro trimestre deste ano, de 1,9% na comparação trimestral** (com ajuste sazonal) e de 4,0% ante o mesmo período de 2022, acima do esperado, motivou outra rodada de revisão do cenário de crescimento de curto prazo. Os últimos dados e a reavaliação sobre a intensidade e duração dos fatores responsáveis pelo melhor resultado do PIB no primeiro trimestre motivou a revisão da projeção da Tendências **para um crescimento da economia de 1,9%** em 2023.

O forte ritmo do PIB, sua maior inércia para o segundo trimestre e a expectativa de contribuição adicional de setores-chave oferecem suporte adicional, ainda que temporário, que limitam maiores perdas do PIB na margem no próximo resultado. Pelo lado da oferta, a agropecuária seguirá contribuindo de forma direta e indireta ao PIB total. Por um lado, a sazonalidade é ainda positiva para a produção de grãos, em especial do milho e, em menor medida, da soja.

Além disso, esperam-se efeitos adicionais de transbordamentos da produção agrícola para subsetores da indústria e serviços, como transportes de carga e indústria alimentícia. A diferença do resultado realizado para o estimado ao primeiro trimestre se concentrou na agropecuária (21,6% realizado e 8,8% projetado), o que motivou uma reavaliação do alcance positivo do setor ao crescimento agregado, em especial, no segundo trimestre.

Pelo lado da demanda, o período de abril a junho contará com o aquecimento adicional da geração de empregos formais, que captam o aumento das admissões com carteira assinada, apesar dos sinais correntes na margem de estabilidade da massa de renda total do trabalho. A ampliação do emprego formal, em um contexto de redução das pressões inflacionárias, contrabalança as condições de crédito restritas e a elevada inadimplência apresentada pelas pessoas físicas, e impede piora maior na demanda das famílias por bens de consumo mais sensíveis às condições de financiamento. Assim, a expectativa preliminar é de queda moderada do PIB no período, atualmente estimada em -0,3% na comparação trimestral, em termos livres de influência sazonal.

Contudo, para a segunda metade do ano, a expectativa é de que parte dos fatores positivos centrais para o maior PIB seja atenuada ou se dissipe. Pelo lado da oferta, o fim da colheita das culturas de maior peso e a diluição dos efeitos positivos em cadeia reduzem a contribuição direta e indireta da agropecuária para o crescimento total (ainda que afetem de forma defasada as exportações). Pelo lado da demanda, o aquecimento adicional do emprego formal está associado ao perfil setorial de crescimento, incluindo ampliação de empregos na agropecuária e transportes, os quais devem perder dinamismo e aprofundar a tendência já em curso de desaceleração da massa de renda do trabalho, o que, em um contexto de condições financeiras ainda restritas, calcam a expectativa de moderada queda do consumo familiar. Por outro lado, a massa de rendimentos formada pelas transferências de renda do governo e previdenciária (que captam a elevação do salário mínimo) crescem no ano e impedem queda maior do PIB das famílias.

Assim, a projeção do PIB de 2023 foi revisada de 1,4% para 1,9%. A principal revisão ocorreu na agropecuária (6,5% para 10,6%) e, em menor medida, em serviços (de 1,3% para 1,5%), enquanto a expectativa de relativa estabilidade da indústria no ano se mantém. Pelo lado da demanda, a maior revisão ocorreu em exportações (para 6,5%) e em intensidade marginais para famílias (para 1,7%), embora a queda esperada dos investimentos se mantenha (-2,6%). Para 2024, a projeção passou de 1,4% para 1,3%.

Investment grade ainda é desafio

A agência de classificação de risco **Standard & Poor's** (S&P) anunciou a alteração da perspectiva do rating brasileiro, de estável para positiva, o que abre espaço para algum upgrade no horizonte de 24 meses. Atualmente, o Brasil possui classificação BB-, ou seja, três notas abaixo do grau de investimento, perdido em 2015. A decisão não era esperada neste momento, tendo em vista o início turbulento do novo governo do ponto de vista da gestão econômica. No entanto, a agência levou em consideração que boa parte das medidas que trariam retrocesso está sendo barrada e que a aprovação do arcabouço fiscal e a melhora das condições macroeconômicas, com queda da inflação e melhores expectativas para o PIB, abrem espaço para trajetória da dívida pública menos adversa.

De todo modo, a questão fiscal ainda é colocada como algo condicional do ponto de vista de sua implementação e resultados. A agência é clara em apontar a necessidade de perseverar no caminho do pragmatismo para que a melhora da nota seja concretizada. Ainda que este upgrade sinalizado seja viável nos próximos meses, a recuperação de notas adicionais até o alcance do *investment grade* mostra-se improvável em um horizonte de quatro anos.